

Gestão 2016-2018

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Aroldo José de Lima
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdec@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 724/2018-PGJ, DE 21.2.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Olavo Monteiro Mascarenhas, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional do Estado de Mato Grosso do Sul, 3 (três) dias de férias compensatórias, referentes ao recesso forense de 20 a 31 de dezembro de 1994, a serem usufruídos a partir de 26.3.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 725/2018-PGJ, DE 21.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4337/2017-PGJ, de 14.12.2017, publicada no DOMP nº 1646, de 18.12.2017, com a redação dada pela Portaria nº 336/2018-PGJ, de 25.1.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão da Procuradoria-Geral de Justiça, integrada pelo Procurador-Geral de Justiça e pelos Procuradores-Gerais Adjuntos, referente ao 1º semestre de 2018, de forma que:

- na parte onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	PROCURADORES DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
12 (18h01min) a 19.3.2018 (7h59min)	Nilza Gomes da Silva	98478-2435
26.3 (18h01min) a 2.4.2018 (7h59min)	Olavo Monteiro Mascarenhas	98191-4800

- passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	PROCURADORES DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
12 (18h01min) a 19.3.2018 (7h59min)	Olavo Monteiro Mascarenhas	98191-4800
26.3 (18h01min) a 2.4.2018 (7h59min)	Nilza Gomes da Silva	98478-2435

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 727/2018-PGJ, DE 21.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Paulo Cezar dos Passos 12 (doze) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2009/2010, a serem usufruídos no período de 5 a 16.3.2018 nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 721/2018-PGJ, DE 21.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Designar os membros do Ministério Público abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem juntamente ao Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, GACEP, na realização das visitas previstas no art. 4º, I, da Resolução CNMP nº 20/2007 e artigo 17, § 1º, da Resolução nº 0002/2015-CPJ, de 19.3.2015, nos períodos abaixo mencionados, adotando-se o rodízio anual por ordem crescente da antiguidade, quando existente mais de um membro com atribuição para tal desiderato (Processo PGJ/10/1772/2015):

COMARCA	MEMBRO	INÍCIO
Mundo Novo	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	8.1.2018
Sidrolândia	Janeli Basso	18.2.2018
Anastácio	Mateus Sleiman Castriani Quirino	22.1.2018
Brasilândia	Felipe Almeida Marques	1º.3.2018
Eldorado	Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	1º.3.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 723/2018-PGJ, DE 21.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar as Portarias abaixo relacionadas, que designaram membros do Ministério Público para, sem prejuízo de suas funções, atuarem no controle externo concentrado da atividade policial:

1. Portaria nº 836/2017-PGJ, de 15.3.2017: a partir de 20.12.2017, na parte que designou a Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto, comarca de Brasilândia;
2. Portaria nº 2464/2017-PGJ, de 28.7.2017: a partir de 22.1.2018, na parte que designou a Promotora de Justiça Angelica de Andrade Arruda, comarca de Anastácio; e
3. Portaria nº 4189/2017-PGJ, de 5.12.2017: a partir de 1º.3.2018, na parte que designou o Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques, comarca de Eldorado.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 726/2018-PGJ, DE 21.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 62ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Candy Hiroki Cruz Marques Moreira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 3ª Vara do Juizado Especial Central Virtual da referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 22.2.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 740/2018-PGJ, DE 22.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo licença para tratamento de saúde, no período de 31.1 a 5.2.2018, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 741/2018-PGJ, DE 22.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4320/2017-PGJ, de 14.12.2017, na parte que concedeu férias remanescentes ao Promotor de Justiça Gevair Ferreira Lima Junior que seriam usufruídas no período de 19 a 28.2.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 742/2018-PGJ, DE 22.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Fernanda Rottili Dias, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 28ª Zona Eleitoral, nos dias 8, 9, 15 e 16.2.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão e férias compensatórias do titular, Promotor de Justiça Arthur Dias Junior.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 743/2018-PGJ, DE 22.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 3º Promotor de Justiça da comarca de Nova Andradina, Fabricio Secafen Mingati, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 1º.3.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 744/2018-PGJ, DE 22.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4306/2017-PGJ, de 13.12.2017, na parte que estabeleceu o 2º período de férias do Promotor de Justiça Kristiam Gomes Simões, que seriam usufruídas de 20 a 29.6.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 745/2018-PGJ, DE 22.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de São Gabriel do Oeste, Daniel Higa de Oliveira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no período de 31.1 a 5.2.2018, em razão de licença da Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 681/2018-PGJ, DE 19.2.2018**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, na parte que concedeu férias regulamentares ao servidor Andrelucio Vasconcelos Cavalcante, de forma que, onde consta: 1º Período – 9 a 18.7.2018, passe a constar: 1º Período – 11 a 20.4.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 682/2018-PGJ, DE 19.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, na parte que concedeu férias remanescentes à servidora Louise Isabelita Lima de Brites Padovan, de forma que, onde consta: Período de Gozo – 16 a 30.7.2018, passe a constar: Período de Gozo – 9 a 23.7.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 685/2018-PGJ, DE 19.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, na parte que concedeu férias regulamentares ao servidor Jeovane da Silva Gomes, de forma que, onde consta: 1º Período – 9 a 18.4.2018, passe a constar: 1º Período – 12 a 21.6.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 702/2018-PGJ, DE 20.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, que estabeleceu a escala anual de férias dos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual, de forma que:

Onde consta:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Thuliana Alves da Silveira	2015/2016	21 a 30.5.2018	1º a 10.10.2018		7 a 16.5.2018

Passe a constar:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Thuliana Alves da Silveira	2015/2016	1º a 10.10.2018	10 a 19.12.2018		15 a 24.10.2018

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 703/2018-PGJ, DE 20.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Guilherme de Souza Bonifácio, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 14ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 21ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 19 a 28.3.2018, em razão de férias da servidora *Lenice Mie Joboji*.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 704/2018-PGJ, DE 20.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Guilherme de Souza Bonifácio, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 14ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 69ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 19 a 28.3.2018, em razão de férias da servidora *Lenice Mie Joboji*.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 705/2018-PGJ, DE 20.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Priscilla Nóbrega Coelho, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designada para prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, nos dias 15 e 16.2.2018, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense do servidor *Weskley Moreira*.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 706/2018-PGJ, DE 20.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Rafaela Rodrigues Francisco, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, nos dias 1º, 2, 15 e 16.2.2018, em razão de licenças compensatórias referentes ao feriado forense e a serviços prestados à Justiça Eleitoral do servidor *Carlos Augusto dos Santos*; e a partir de 19.2.2018, até ulterior deliberação, em razão da exoneração do referido servidor.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 709/2018-PGJ, DE 20.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Luciane Freitas de Lima, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, jornada especial de trabalho das 7h30min às 11h30min, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 23 de fevereiro de 2018, nos termos dos artigos 1º, 2º e 3º, todos da Lei nº 1.134, de 26.3.1991, com a redação dada pela Lei nº 1.809, de 17.12.1997 (Processo PGJ/10/0464/2011).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 722/2018-PGJ, DE 21.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, que estabeleceu a escala anual de férias dos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual, de forma que:

Onde consta:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Paulo Henrique Moraes Grande	2016/2017	19 a 28.2.2018	1º a 10.8.2018		1º a 10.3.2018

Passe a constar:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Paulo Henrique Moraes Grande	2016/2017	2 a 31.5.2018			

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 04/2018/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados: **1) Inquérito Civil nº 06.2015.00000199-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina - Requerente: José Severino Carocini - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a utilização do plenário da Câmara Municipal de Nova Andradina/MS em desacordo com o previsto na Resolução nº 007, de 15 de junho de 2009, daquele Poder Legislativo. **2) Inquérito Civil nº 06.2017.00000088-8** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Cleidinaldo Cardoso de Souza - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a denúncia realizada pela Vigilância Sanitária, por meio do Ofício nº 29/SMS/PG, referente à prática de desacato em face do Coordenador da Vigilância Sanitária Cleidinaldo, por parte do Vereador Saner Paulo. **3) Inquérito Civil nº 06.2017.00001299-5** - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar a existência de Comissão de Verificação nos editais de concursos públicos estaduais para verificação presencial da autodeclaração prestada por candidatos negros ou pardos, bem como o critério (ascendência genética ou fenotípico) adotado nos editais para identificação racial dos cotistas. **4) Inquérito Civil nº 06.2015.00000224-5** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Tamotsu Mori - Assunto: Apurar eventual irregularidade no fato de o senhor Tamotsu Mori, assessor da Prefeitura, estar incentivando pessoas de outros municípios a invadir terrenos públicos e particulares com a promessa de mantê-los com cestas básicas da Secretaria de Assistência Social, fazendo com que o local vire uma favela cheia de barracos e pessoas vivendo em situações sub-humanas. **5) Inquérito Civil nº 06.2016.00000107-2** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Campo Grande - Assunto: Apurar eventuais irregularidades em alterações feitas pelo Prefeito Municipal de Campo Grande na Lei Municipal nº 5.607, de 14 de agosto de 2015, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito, uma vez que, segundo a denúncia, o Prefeito teria publicado errata alterando artigo da referida lei, sem apreciação e autorização do Poder Legislativo. **6) Inquérito Civil nº 06.2016.00000496-9** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: FAPEMS - Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura

de Mato Grosso do Sul e o Instituto de Previdência Social dos Servidores do município de Dourados - PREVID - Assunto: Apurar notícia indicativa de eventuais irregularidades, consistentes na ausência de licitação para contratação de empresa responsável pela realização de concursos públicos, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados - Previd, nos anos de 2014-2016. **7) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001166-3** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar supostas invasões por terceiras pessoas às escolas públicas: Escola Estadual Nova Itamarati e Escola Prf. José Edson Domingos Santos, ambas no município de Ponta Porã, Escola Estadual Prof.ª Cleuza Teodoro, em Pedro Gomes, e o campus da UEMS em Paranaíba. **8) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001169-6** - Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual oferta de carne em condições insalubres nos mercados de Pedro Gomes/MS, ante a ausência de higiene com os alimentos, presença de insetos, sujeira, má manipulação dos alimentos pelos funcionários sem o devido equipamento. **9) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001385-0** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Anelize Andrade Coelho - Assunto: Apurar eventual desvio de função da servidora pública municipal Anelize Andrade Coelho, atualmente cedida para o Estado para desempenhar função comissionada. **10) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000720-4** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerentes: Ministério Público Estadual e Yoshimitsu Ogawa - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade quanto à violação aos ditames dos arts. 7º, § 5º e art. 15, §7, da Lei 8666/93, ante a recusa injustificada do recebimento de produtos do gênero alimentício que correspondem às especificações determinadas. **11) Inquérito Civil nº 06.2017.00000979-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Anibal Pinto Gonçalves - Assunto: Apurar informações que aduzem potencial dano ambiental na Fazenda Santo Antônio, CARMS nº 27.091, município de Amambai. **12) Inquérito Civil nº 06.2017.00001714-6** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Claudia Reichert e Nelson Reichert - Assunto: Apuração de notícia de eventual degradação ao meio ambiente, na propriedade denominada Helena Porã, de propriedade de Nelson Reicher. **13) Inquérito Civil nº 06.2017.00002219-3** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Alcir Nunes Lemes - Assunto: Apurar informações, oriundas do Polícia Militar Ambiental, que indicam a presença de dano ambiental na propriedade rural pertencente a pessoa de Alcir Nunes Lemes. **14) Inquérito Civil nº 06.2017.00002349-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Francisco de Albuquerque Cavalcante - Assunto: Registrar informações que indicam degradação ambiental, em área de APP localizada na fazenda São Francisco, município de Amambai. **15) Inquérito Civil nº 06.2016.00001313-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade na possível subcontratação do objeto da Tomada de Preços nº 006/2015. **16) Inquérito Civil nº 06.2017.00000858-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Joaquim Bento Soares e Letícia Maria Pereira Villela - Assunto: Registrar informações que aduzem potencial dano ambiental na fazenda Santo Antônio, CARMS nº 27,801, de propriedade de Joaquim Bento Soares e Letícia Maria Pereira Villela, localizada no município de Amambai. **17) Inquérito Civil nº 06.2017.00000894-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Rodrigo Adolfi Torelli e a VT Brasil Administração e Participação Ltda. - Assunto: Apuração de notícia de eventual degradação ao meio ambiente, na propriedade denominada Isla - Caiguê, de propriedade de VT Brasil Administração e Participação Ltda. **18) Inquérito Civil nº 06.2017.00000062-2** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos - Assunto: Apurar eventual negligência na adoção de providências voltadas a reforma da Unidade Básica de Saúde Familiar - UBSF COHAB, apesar da existência de recursos oriundos do Fundo Nacional de Saúde destinados especificamente para a obra. **19) Inquérito Civil nº 06.2017.00000089-9** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar como estão sendo aplicados os recursos provenientes da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos e Royalties de Itaipu, referentes aos anos de 2014 a 2016. **20) Inquérito Civil nº 06.2016.00000785-5** - 49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerentes: Ministério Público Estadual e Vera Lucia dos Santos - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado, em tese, no Processo Seletivo nº 48/2015 do SENAI, com notícia de fraude mediante favorecimento pessoal. **21) Inquérito Civil nº 06.2017.00000986-8** - Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Glória de Dourados - Requerentes: Juliene Lino da Silva e o Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Glória de Dourados - Assunto: Apurar a falta de vagas na educação infantil no município de Glória de Dourados. **22) Inquérito Civil nº 06.2017.00001642-5** - 2ª Promotoria de Justiça do

Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Artur Burgel - Assunto: Apurar as irregularidades apontadas no Auto de Infração nº 009, série 845/MS/2017, oriundo do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **23) Inquérito Civil nº 06.2018.00000192-5** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Deodápolis - Assunto: Apurar eventual irregularidade no cumprimento da Lei Complementar Federal nº 131/2009 e Lei Federal nº 12.527/2011, pelo município de Deodápolis. **24) Inquérito Civil nº 06.2016.00000585-7** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na demissão de professores e diretores de escolas municipais de Campo Grande, que estaria sendo feitas com base em critérios subjetivos. **25) Inquérito Civil nº 06.2017.00000059-9** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais irregularidades em licitações em que sagraram-se vencedoras as empresas Health Nutrição, Real Food e CBR Fornecedora de Refeições. **26) Inquérito Civil nº 06.2018.00000168-0** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Odielson de Castro Viana - Assunto: Averiguar eventual irregularidade no descarte de efluentes da atividade comercial exercida na oficina do Dielson, sem observância das normas vigentes, conforme elementos sobrevivendo no Inquérito Civil nº 24/2015. **27) Inquérito Civil nº 06.2016.00001599-9** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Alcides de Jesus Peralta Bernal - Assunto: Apurar os fatos noticiados no Ofício nº 223/2016 - PRE/MS. Incompatibilidade patrimonial de agente público. **28) Inquérito Civil nº 06.2017.00000517-2** - Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Delegacia de Polícia Civil de Dois Irmãos do Buriti/MS - Assunto: Apurar negativa de registro de ocorrência por policiais civis lotados nesta Comarca. **29) Inquérito Civil nº 06.2017.00000618-2** - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar situação de suspensão, por prazo indeterminado, das atividades da UNAE - Unidade de Atendimento Especializado, entidade não governamental que atende pessoas com deficiência nesta cidade, em regime de cofinanciamento com a SEDHAST/MS. **30) Inquérito Civil nº 06.2016.00000059-5** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar possíveis irregularidades existentes na execução do Plano Estadual de Saúde de Mato Grosso do Sul 2012-2015 (gestão 2013). **31) Inquérito Civil nº 06.2017.00002386-0** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Coxim - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no transporte escolar na região do Jaúru, bem como a conduta do motorista responsável por mencionada linha. **32) Inquérito Civil nº 06.2017.00001460-5** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Juari Perez Matheus da Silva e Luciano Alves de Oliveira - Assunto: Apurar eventual dano ambiental, decorrente da utilização de área de reserva legal em regeneração, no Assentamento Estrela do Sul, para criação de gados. **33) Inquérito Civil nº 06.2017.00001425-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Edvigens Coelho Derzi - Assunto: Apurar regularidade jurídico- ambiental da propriedade fazenda Dois de Ouro, localizado no município de Antônio João/MS, de propriedade de Edvigens Coelho Derzi. **34) Inquérito Civil nº 06.2016.00000976-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Transportadora S. H. Zenatti - Assunto: Apurar a prática de dano ambiental decorrente do derramamento de combustível no Auto Posto Casa Branca, Distrito de Nova Casa Verde, em Nova Andradina/MS. **35) Inquérito Civil nº 06.2017.00001128-5** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Aparecida do Taboado - Requerente: Juliana Gomes Ferreira e o Ministério Público Estadual - Requerido: Conselho Tutelar - Assunto: Apurar eventual conduta irregular de Conselheiros Tutelares no atendimento das menores A. C. F.C., B.M.F.C. e M.C.F.C. **36) Inquérito Civil nº 06.2017.00002274-9** - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: José Duarte Filho - Assunto: Apurar indícios de inexistência de ligações de esgoto na região urbana, em desacordo com as normas legais e regulamentares pertinentes, com processo administrativo de notificação em tramite. **37) Inquérito Civil nº 06.2016.00000153-9** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - AGESUL - Assunto: Apurar irregularidades consistentes, em tese, em falsificação de documentos, superfaturamento e desvio de dinheiro público, supostamente praticados pela AGESUL, em contratos de manutenção de veículos firmados com as empresas Dutra Oficina e Oficinas Eirelli - EPP. **38) Inquérito Civil nº 06.2016.00000846-5** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Nery José Bamberg - Assunto: Apurar eventuais irregularidades praticadas por Nery José Bamberg, funcionário da AGETRA, junto aos taxistas que buscam passageiros no Aeroporto de Campo Grande. **39) Procedimento Preparatório**

nº 06.2017.00001069-7 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível abuso de poder do vereador Cícero Humberto Leite. **40) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001265-1** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Polícia Militar Ambiental de Mato Grosso do Sul - Requerido: Sérgio Bueno - Assunto: Apurar possível ocorrência de dano ambiental decorrente da supressão de vegetação da área de Reserva Legal da Modelo II sem o devido licenciamento. **41) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001360-6** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar objeto da manifestação nº 11.2017.00002326-9 da Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. **42) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001409-3** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Miranda - Assunto: Apurar sobre irregularidade no transporte escolar do município de Miranda-MS. **43) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001222-9** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde - Assunto: Apurar irregularidades no funcionamento do CAPS AD e Residência Terapêutica municipais. **44) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001793-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Aparecida do Taboado - Assunto: Apurar eventual irregularidade no Procedimento de Dispensa de Licitação nº 042/2015. **45) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002247-1** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - Assunto: Apurar veracidade da denúncia de irregularidades na APAE de Guia Lopes da Laguna. **46) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001224-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade no afastamento de servidores públicos municipais para concorrerem às eleições municipais do ano de 2016. **47) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001413-8** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Corumbá/MS - Assunto: Coletar maiores subsídios para tomada de decisão sobre a necessidade de instauração de Inquérito Civil, a propositura de Ação Civil Pública ou o Arquivamento da representação sobre eventual omissão do município de Corumbá na manutenção do imóvel em que funcionava a Casa de Acolhimento Laura Pinheiro, localizado na Rua Dom Pedro II, lote 60, bairro Nossa Senhora de Fátima, município de Corumbá/MS, devido ao péssimo estado de conservação e depredação do prédio. **48) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001448-2** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no funcionamento do Centro de Especialidades Odontológicas II SILVIA REGINA, notadamente a presença dos profissionais necessários à execução dos serviços, bem como a existência dos aparelhos e insumos apontados na Portaria MS nº 1.570/2004. **49) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001351-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a regularidade da instalação de flutuantes no Rio Ivinhema em Nova Andradina/MS. **50) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000191-4** - 2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ivinhema - Requerentes: Leila Caccia Miatello, Tania Tiemi Hamamoto - Requerido: A apurar - Assunto: Acompanhar e fiscalizar a execução das obras de readequação do prédio onde é mantida a extensão da Escola Municipal Sidiney Carlos Costa. **51) Procedimento Preparatório nº 106/2014** - 1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Loteamento Nova Califórnia - Assunto: Apurar registro do Loteamento Nova Califórnia, a fim de analisar aspectos acerca das respectivas obras de infraestrutura do mesmo. **52) Inquérito Civil nº 58/2014** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Dourados, Bernardo Vidal Consultoria Ltda., Murilo Zauith e Walter Benedito Carneiro Junior - Assunto: Apurar eventual irregularidade na dispensa de licitação para contratação da empresa Bernardo Vidal Consultoria Ltda., para serviços técnicos de auditoria pelo município de Dourados. **53) Inquérito Civil nº 9/2013** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Promotoria de Justiça da Saúde Pública - Requerida: ABCG - Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande - Assunto: Apurar irregularidades no Relatório nº 25/2013/DENASUS, relativamente ao serviço de oncologia da Santa Casa de Campo Grande. **54) Inquérito Civil nº 1/2013** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Prefeitura Municipal de Glória de Dourados e Andrey Leal da Silva, à época pregoeiro oficial deste Município - Assunto: Apurar eventual irregularidade na realização do Pregão Presencial nº 20/2010, do município de Glória de Dourados. **55) Inquérito Civil nº 13/2015** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade no pagamento de horas extras aos servidores públicos municipais Claudemir Theodoro Rodrigues e Jaqueline Alves Moreira, que exercem função

gratificada. **56) Inquérito Civil nº 22/2014** - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Banco do Brasil S/A - Assunto: Apurar ausência de informações aos clientes quanto às providências a serem adotadas para abertura de conta, além de eventual cobrança abusiva praticadas pelo Banco do Brasil S/A. **57) Inquérito Civil nº 8/2015** - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Iracema Massae Kaida e o município de Campo Grande - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado “Chácara Expedito”, pertencente a Iracema Massae Kaida, localizado na Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado - APA do Lajeado, em Campo Grande/MS. **58) Inquérito Civil nº 9/2015** - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: José Carlos Carmona Nunes e o município de Campo Grande/MS - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado “Sítio n. 67” do loteamento Sítio Santa Maria, pertencente a José Carlos Carmona Nunes, localizado na Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado - APA do Lajeado, em Campo Grande/MS. **59) Inquérito Civil nº 21/2015** - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Francisco Pereira Martins e o município de Campo Grande/MS - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado “Sítio n. 142”, pertencente a Francisco Pereira Martins, localizado na Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado - APA do Lajeado, em Campo Grande/MS. **60) Inquérito Civil nº 29/2015** - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Ministério Hebrom Internacional e o município de Campo Grande/MS - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado “Chácara Hebrom”, pertencente ao Ministério Hebrom Internacional, localizado na Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado - APA do Lajeado, em Campo Grande/MS. **61) Inquérito Civil nº 3/2016** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a regularidade na aplicação de agrotóxicos por pulverizador mecânico nas áreas vizinhas ao perímetro urbano. **62) Inquérito Civil nº 32/2011** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Sombra da Serra, de propriedade da empresa L.Z. Agropecuária Ltda. (antiga propriedade de Luiz Guilherme Zancaner - Assunto: Apurar a degradação ambiental consistente em supressão ilegal de floresta em área de reserva legal e supressão vegetal nativa em área do Bioma do Pantanal. **63) Inquérito Civil nº 8/2015 - Anexo REM** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Naviraí - Assunto: Apurar a suposta ilicitude da terceirização dos serviços de limpeza na Secretaria Municipal de Educação. **64) Inquérito Civil nº 66/2013** - 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar as circunstâncias da morte de Valdemir Pires Tosati no Hospital Regional de Nova Andradina. **65) Inquérito Civil nº 20/2015** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo/MS - Assunto: Apurar possíveis ilegalidades no procedimento licitatório para a contratação de agência de publicidade pelo município de Ribas do Rio Pardo/MS. **66) Inquérito Civil nº 22/2015** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Água Clara - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Edvaldo Alves de Queiroz - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no pagamento de precatórios por parte do ex-prefeito de Água Clara, Edvaldo Alves de Queiroz, e possíveis atos de improbidade administrativa daí decorrentes. **67) Inquérito Civil nº 21/2009** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Euclides Nery de Oliveira, chácara Nossa Senhora Aparecida - Assunto: Impedir a regeneração natural de vegetação ciliar às margens do rio Taquari. **68) Inquérito Civil nº 2/2009** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Auto Posto Dois Irmãos - Assunto: Apurar possível operação do referido posto de gasolina sem as devidas licenças ambientais. **69) Inquérito Civil nº 3/2015** - 2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Chapadão do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Chapadão do Sul/MS - Assunto: Acompanhar o reordenamento do sistema viário municipal, previsto na Lei Municipal nº 739/2009. **70) Inquérito Civil nº 10/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana - Requerente: Coordenadoria Jurídica da Secretaria de Estado de Saúde - Requerido: A apurar - Assunto: Investigar as circunstâncias em que foi elaborado um orçamento para intervenção cirúrgica do paciente Jucelino Pereira da Silva. **71) Inquérito Civil nº 4/2014** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Wagner Marcelo Monteiro Borges - Assunto: Apurar a existência de dano em área de preservação permanente, assim como a regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal, preservação permanente e conservação do solo no imóvel rural denominado fazenda Santa Catarina, localizada no município de Coxim/MS, de propriedade Wagner Marcelo Monteiro Borges. **72) Inquérito Civil nº 41/2016** - 2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a

notícia de ineficiência dos serviços do SAMU, em Naviraí, pela falta de ambulância. **73) Inquérito Civil nº 31/2015** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo/MS - Assunto: Apurar a existência de servidores contratados em vagas não promovidas em detrimento dos aprovados em concurso público promovido pelo município de Ribas do Rio Pardo/MS. **74) Inquérito Civil nº 22/2016** - 2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar os fatos relatados na Manifestação nº 11.2016.00003759-2, oriundo da Ouvidoria do MP/MS. **75) Procedimento Preparatório nº 6/2015** - 2ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Bataguassu - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Procedimento Preparatório 08/2014 entre esta Promotoria de Justiça de Bataguassu e o município de Santa Rita do Pardo tendo como objeto “a cessão de irregularidades encontradas no abrigo dos idosos, quando administrado pela ACOVALE - Associação Comunitária Vale da Benção, nas inspeções da Vigilância Sanitária Municipal. **76) Inquérito Civil nº 28/2010** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Coxim - Assunto: Apurar possíveis irregularidades em contratações de locação de veículo e prestação de serviço como motorista pelo município de Coxim. **77) Inquérito Civil nº 2/2011** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Diego Júlio Sanches e Francisco José de Andrade - Assunto: Apurar a construção de um açude sobre uma nascente d’água, sem autorização do órgão ambiental competente. **78) Inquérito Civil nº 2/2016** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: J. V. Hernandez - ME e o município de Ivinhema - Assunto: Apurar irregularidade no Processo Administrativo nº 189/2015, do Pregão Presencial nº 117/2015, realizado pelo município de Ivinhema/MS, para aquisição de materiais de expediente. **79) Inquérito Civil nº 42/2016** - 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Corumbá - Requerente: Marcelo Santos de Souza - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar violação aos direitos dos consumidores diante da notícia de existência de transporte irregular de passageiros por mototaxistas clandestinos no município de Corumbá. **80) Inquérito Civil nº 6/2017** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível desvio de função de servidora pública municipal e descumprimento da carga horária de trabalho. **81) Inquérito Civil nº 76/2009** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Luiz Augusto Dechandt Ress (Giga Byte) - Assunto: Apurar possíveis irregularidades no funcionamento de *Lan Houses* nesta Cidade. **82) Inquérito Civil nº 40/2009** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Roque Quagliato e o sítio Casa Amarela - Assunto: Apurar degradação em área de preservação permanente e desmatamento de vegetação nativa situada às margens direita do rio Taquari. **83) Inquérito Civil nº 8/2015** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Associação Lagunense de Saúde - Assunto: Apurar possível prática de improbidade administrativa durante o cumprimento do Convênio nº 1/2014, firmado entre o município de Guia Lopes da Laguna e a Associação Lagunense de Saúde, com período de vigência de 10 de fevereiro de 2014 a 10 de fevereiro de 2015. **84) Inquérito Civil nº 10/2015** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Vara do Trabalho da Cidade de Jardim/MS - Requerido: Município de Porto Murtinho - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na execução do contrato administrativo de prestação de serviço de vigilância patrimonial de prédio e monumentos públicos, celebrado com Dileusa Brito Esquivel - ME e Braz Vagner Ibanhez. **85) Inquérito Civil nº 41/2016** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Marca 5, de propriedade de Edgar Carneiro Pinheiro - Assunto: Apurar danos ambientais ocorridos na “fazenda Marca 5”, decorrentes do corte de 12 árvores nativas sem a devida autorização legal ou dos órgãos ambientais. **86) Inquérito Civil nº 58/2014** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Roberto Barbosa de Souza - Assunto: Apurar prática de desmate em desacordo com o diâmetro permitido por Lei em desfavor de Roberto Barbosa de Souza. **87) Pedido de Providência nº 12/2005** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Joaquim Queiroz Celestino - Requerida: Município de Alcinoópolis/MS - Assunto: Desmate de área de preservação permanente para a instalação do lixão municipal. **88) Pedido de Providência nº 29/2005** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: IBAMA - Requeridos: João de Oliveira Lopes Neto, João Flavio Lopes Filho e João Mauricio Gottardi Lopes, fazenda Serra Dourada - Assunto: Desmatamento sem prévia autorização do IBAMA na fazenda Serra Dourada. **89) Pedido de Providência nº 36/2005** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Sitesharing do Brasil S/A - Assunto: Apurar desmatamento irregular. **90) Inquérito Civil nº 25/2009** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Paulo Afonso de Andrade Cunha, fazenda Ranchinho Verde e a fazenda Rancho do Planalto - Assunto: Apurar eventual extração de cascalho sem a devida autorização. **91) Inquérito Civil nº 5/2017** - 5ª Promotoria de Justiça

do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo em decorrência da nomeação da esposa e do cunhado do prefeito para ocupar cargo de provimento em comissão no poder executivo do município de Corumbá. **92) Inquérito Civil nº 13/2016** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Olair Sanches da Silva - Assunto: Apurar a queima de material lenhoso sem a respectiva autorização do órgão ambiental competente na fazenda Barranqueira. **93) Procedimento Preparatório nº 14/2010** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ervoner Santos Amado Debona - Requerida: Casa de Para-Choque, Adair Ferreira da Silva - Assunto: Apurar irregularidades nas atividades desenvolvidas por Adair Ferreira da Silva, proprietário do estabelecimento denominado “Casa Para-Choque” tal que seja potencialmente poluidora e se provoca danos ambientais. **94) Pedido de Providência nº 4/2006** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Joaquim Velloso da Silva - Assunto: Apurar possível destruição de área de preservação permanente. **95) Pedido de Providência nº 5/2008** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Campina Grande em Coxim/MS - Assunto: Apurar possíveis danos causados ao meio ambiente, na fazenda Campina Grande, localizada no município de Coxim/MS, relacionados à construção de carvoarias, empreendimento potencialmente poluidor, sem licença ambiental expedida pelo órgão competente. **96) Inquérito Civil nº 25/2016** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bonito - Assunto: Apurar eventual ofensa ao patrimônio público e social em decorrência da desativação do Centro de Especialidades Odontológicas de Bonito, bem como a legalidade da destinação dos bens e equipamentos que o aparelhava. **97) Inquérito Civil nº 7/2015** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda - Requerente: Polícia Militar Ambiental - Requeridos: Pietter Antonie Johannes Maria e Carmen Omizolo, fazenda Hi Fish - Assunto: Apurar possível irregularidade ambiental consistente na construção de uma casa de motobomba para captação de água em área de preservação permanente, a 1 (um) metro da margem do córrego Agachi, em desconformidade com a licença de instalação e operação, na fazenda Hi Fish, situada no município de Miranda. **98) Inquérito Civil nº 76/2015** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual prática de reembolso ou pagamento de despesas decorrentes de assistência à saúde para deputados estaduais, seus cônjuges e dependentes, por parte da Assembleia Legislativa do Estado, com possível afetação aos princípios da administração pública e às normas de direito público em vigor. **99) Inquérito Civil nº 8/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana - Requerente: Wezer Lucarelli - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar denúncia de que o conselho municipal de saúde não conseguiu analisar as contas do fundo municipal de saúde, relativas aos exercícios de 2009 e 2010, porque não tem acesso aos documentos necessários para análise das contas. **100) Inquérito Civil nº 7/2011** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana - Requerente: Wezer Lucarelli - Requerido: Paulo César Rodrigues dos Reis - Assunto: Apurar denúncia de aquisição de produtos farmacêuticos pela Associação Aquidauanense de Assistência Hospitalar, sem licitação, durante o ano de 2009. **101) Inquérito Civil nº 38/2012** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Coxim, Werther Araújo, ex-Secretário Municipal de Saúde de Coxim - Assunto: Apurar irregularidades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Coxim noticiadas no Relatório de Apuração de Denúncia nº 296/2009, oriundo da Secretaria de Estado de Saúde, praticadas no ano de 2008, e eventuais atos de improbidade administrativa daí decorrentes. **102) Inquérito Civil nº 5/2017** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Sidrolândia - Assunto: Apurar possíveis irregularidades no prédio da UPA - Unidade de Pronto Atendimento de Sidrolândia. **103) Inquérito Civil nº 15/2016** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Hospital Regional de Coxim - Assunto: Apurar eventual negligência no atendimento da paciente Elizama Felix dos Santos no Hospital Regional de Coxim. **104) Inquérito Civil nº 17/2015** - 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: ENERGISA - Assunto: Apurar irregularidades na prestação de serviço por parte da empresa ENERGISA aos moradores do Assentamento Nossa Senhora Aparecida, consistente na paralisação de obras na região. **105) Inquérito Civil nº 14/2014** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Coxim/MS - Assunto: Apurar eventual desvio de finalidade quanto à utilização de maquinários pela Prefeitura Municipal de Coxim/MS, e possíveis atos de improbidade administrativa daí decorrentes. **106) Inquérito Civil nº 20/2016** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Coxim/MS - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Procedimento Licitatório nº 303/2016. **107) Inquérito Civil nº 22/2015** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Coxim/MS - Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa por parte do município de Coxim, consistente na ausência de respostas dos Ofícios

encaminhados pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim. **108) Inquérito Civil nº 10/2016** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Miranda/MS - Assunto: Apurar eventual apropriação indevida de remuneração dos servidores públicos pelo município de Miranda, consistente em descontar a contribuição sindical na folha de pagamento dos servidores municipais, ao passo que não repassa os valores descontados ao respectivo Sindicato. **109) Inquérito Civil nº 7/2015** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Angélica - Assunto: Apurar denúncia apócrifa de ilegalidade no pagamento de diárias a servidores da Prefeitura de Angélica/MS.

Campo Grande, 22 de fevereiro de 2018.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador de Justiça e
Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 12/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0061/2018

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- DENIS SANTANA OLEGARIO DA SILVA, representada por Denis Santana Olegario da Silva.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana-MS.

Valor estimado mensal: R\$450,00 nos termos da Nota de Empenho 2018NE000123, de 11.01.2018.

Vigência: 16.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 16 de janeiro de 2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 17/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0092/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- ODAIR ALBUQUERQUE LEITE.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana-MS.

Valor mensal estimado: R\$300,00, nos termos da Nota de Empenho 2018NE000161, de 12.01.2018.

Vigência: 16.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 16 de janeiro de 2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 28/PGJ/2018

Processo: PGJ/10/0190/2018

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- OVIDIO DARCI MULLER -EPP, representada por Ovidio Darci Muller.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Fornecimento de gás engarrafado (botijão 13kg), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste – MS.

Valor estimado mensal: R\$78,00, nos termos da Nota de Empenho 2018NE000249 de 15.01.2018.

Vigência: 17.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 17 de janeiro 2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 37/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0104/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- AGOSTINHO DE AGUIAR BORBA & CIA LTDA – ME, representada por Agostinho de Aguiar Borba.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Fornecimento de água (galão 20 L), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul – MS.

Valor estimado mensal: R\$120,00, nos termos da Nota de Empenho 2018NE000217 de 15.01.2018.

Vigência: 18.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 18 de janeiro de 2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 62/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0113/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- REGIA DE MORAIS PEREIRA-ME, representada por Regia de Moraes Pereira.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Fornecimento de gás engarrafado (botijão 13 Kg), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul – MS.

Valor estimado mensal: R\$68,00, nos termos da Nota de Empenho 2018NE000241 de 15.01.2018.

Vigência: 19.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 19 de janeiro de 2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 72/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0314/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- João Ricardo do Prado.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia – MS.

Valor estimado mensal: R\$400,00, nos termos da Nota de Empenho 2018NE000456, de 26.01.2018.

Vigência: 31.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 31 de janeiro de 2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 77/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0316/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- JULIANO BERTOLINI.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça de Bonito-MS.

Recursos: R\$50,00 nos termos da Nota de Empenho 2018NE000462, de 26.01.2018.

Vigência: 31.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 31.01.2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 80/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0274/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- ELISANGELA CRISTINA DE OLIVEIRA BERNARDO-ME representada por Elisangela Cristina de Oliveira Bernardo.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Fornecimento de gás engarrafado (botijão 13 Kg), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Amambai – MS.

Valor estimado mensal: R\$80,00 nos termos da Nota de Empenho 2018NE000346, de 22.01.2018.

Vigência: 31.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 31 de janeiro de 2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 81/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0275/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- ELISANGELA CRISTINA DE OLIVEIRA BERNARDO-ME representada por Elisangela Cristina de Oliveira Bernardo.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Fornecimento de água mineral (galão de 20 litros), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Amambai – MS.

Valor estimado mensal: R\$216,00 nos termos da Nota de Empenho 2018NE000345, de 22.01.2018.

Vigência: 31.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 31 de janeiro de 2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 86/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0357/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- EVANILDE LOURENÇO ENCADERNADORA EIRELI – ME, representada por Evanilde Lourenço.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviço de encadernação, tipo brochura, capa dura, na cor vermelha, azul ou preta, tamanho A4, com gravações em letras douradas, de 150 a 190 folhas, sendo frente e verso.

Valor estimado mensal: R\$500,00 nos termos da Nota de Empenho 2018NE000509, de 30.01.2018.

Vigência: 06.02.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 6 de fevereiro de 2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 87/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0065/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- A. J. C. BARUKI – ME, representada por Fátima Leguizamon Baruki.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviço jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá – MS.

Valor estimado mensal: R\$460,00 nos termos da Nota de Empenho 2018NE000575, de 05.02.2018.

Vigência: 06.02.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 06 de fevereiro de 2018.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000692 DE 20.02.2018 DO PROCESSO PGJ/10/0593/2018.

Credor: COMERCIAL MISSÕES LTDA.

Ordenadora de despesa: Nilza Gomes da Silva, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 49/PGJ/2017 – Ata Registro de Preços nº 13/PGJ/2017.

Objeto: Aquisição de água mineral, não gasosa, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0, acondicionada em garrafão plástico transparente (reposição) com 20 (vinte) litros. Marca: POR DO SOL (item 1 – lote 1), água mineral, não gasosa, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0, acondicionada em embalagem transparente (garrafa descartável) com no mínimo 500 ml. Pacote com 12 unidades. Marca: POR DO SOL (item 2 – lote 1), água mineral, não gasosa, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0, acondicionada em garrafão plástico transparente (descartável) de 5 litros. Marca: POR DO SOL (item 4 – lote 1).

Valor: R\$4.600,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000692 de 20.02.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 0012/2018/32PJ/CGR**

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Ricardo Brandão, n.232, Itanhangá Park.

Inquérito Civil 06.2018.00000253-5

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Associação Beneficente de Campo Grande – Santa Casa

Assunto: Fiscalizar o cumprimento das recomendações contidas no Relatório de Inspeção VISA/MS 167/2016 pelo serviço de oncologia das Santa Casa de Campo Grande.

Campo Grande, MS, 21 de fevereiro de 2018.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

EDITAL N. 0013/2018/32PJ/CGR

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Ricardo Brandão, n.232, Itanhangá Park.

Procedimento Preparatório 06.2018.00000590-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: a apurar

Assunto: Apurar denúncias de violência obstétrica ocorridas em Hospitais e Unidades de Saúde de Campo Grande.

Campo Grande, MS, 21 de fevereiro de 2018.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0020/2018/34PJ/CGR

A 34.^a Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, que se encontra à disposição na avenida Ricardo Brandão, 232, Itanhangá Park, em Campo Grande-MS, Cep.: 79003-027, telefone: (67) 3317-4067.

Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004476-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Centro Oeste Reciclagem Ltda ME

Objeto(s): Fiscalizar o Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2016.00000307-0

Campo Grande, 22 de fevereiro de 2018

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

CAARAPÓ

EDITAL 003/2018/01PJ/CRP

A 1.^a Promotoria de Justiça de Caarapó torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000548-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Mário Valério e José Cláudio Poças Conegliana

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa pelo Prefeito Municipal, Mário Valério, e pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, José Cláudio Poças Conegliana, nas locações de imóveis pertencentes a este.

Caarapó/MS, 21 de fevereiro de 2018.

FERNANDA ROTTILI DIAS

Promotora de Justiça

EDITAL 0010/2018/02PJ/CRP

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000591-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar.

Assunto: com o objetivo de regularizar a situação jurídico-ambiental da propriedade rural denominada "Fazenda Santa Maria".

Caarapó-MS, 21 de fevereiro de 2018.

ARTHUR DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL 0011/2018/02PJ/CRP

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000595-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar.

Assunto: com o objetivo de regularizar a situação jurídico-ambiental da propriedade rural denominada "Fazenda Remanso".

Caarapó-MS, 21 de fevereiro de 2018.

ARTHUR DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

PARANAÍBA

EDITAL Nº 009/2018

A Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Paranaíba/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215, Jardim Santa Mônica.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000610-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar eventual omissão na segurança pública da Comarca de Paranaíba, a partir das diligências originadas do Inquérito Civil n. 004/2009.

Paranaíba, 21 de fevereiro de 2018.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ÁGUA CLARA

EDITAL N. 0006/2018/PJ/ACL

A Promotoria de Justiça da Comarca de Água Clara/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Francisco Vieira, nº 200, bairro Jardim Primavera, nesta cidade.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001504-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades ocorridas no Pregão Presencial n.º 005/2017 – Processo Administrativo n.º 60/2017.

Água Clara/MS, 16 de fevereiro de 2018.

PAULO HENRIQUE MENDONCA DE FREITAS

Promotor de Justiça Substituto

EDITAL N. 0007/2018/PJ/ACL

A Promotoria de Justiça da Comarca de Água Clara/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Francisco Vieira, nº 200, bairro Jardim Primavera, nesta cidade.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001604-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades ocorridas no Procedimento Licitatório n.º 41/2017 – Processo Administrativo n.º 127/2017.

Água Clara/MS, 16 de fevereiro de 2018.

PAULO HENRIQUE MENDONCA DE FREITAS

Promotor de Justiça Substituto

NIOAQUE

EDITAL N.º 0004/2018/PJ/NOQ

A Promotoria de Justiça da Comarca de Nioaque/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00000222-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Coronel Juvêncio, 262, Centro, Nioaque/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000222-4

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Sucupira (Operação "Cachorro-Vinagre").

Nioaque/MS, 21 de fevereiro de 2018.

ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA CASTRO

Promotora de Justiça

RIO NEGRO

EDITAL N.º 06/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2017.00002380-4, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n.º 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Inquérito Civil n.º 06.2017.00002380-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Wilson Chaveiros de Arruda.

Assunto: apurar eventual dano na Fazenda Boi Branco, situada no Município de Rochedo, decorrente da exploração de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental competente.

Rio Negro, 21 de fevereiro de 2018.

THIAGO BONFATTI MARTINS

Promotor de Justiça